



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Fonte normativa: art. 18, inciso I, § § 1º e 2º, da Lei n. 14.133/2021

SEI 0008530-12.2026.6.26.8000

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Exames Complementares – Espirometria e Raio X de Tórax para 02 (dois) servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Carpintaria e Marcenaria lotados na área de marcenaria.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE

Seção Requisitante: Seção de Saúde e Segurança do Trabalho

Coordenadoria: Coordenadoria de Atenção à Saúde

Secretaria/Assessoria: Secretaria de Gestão de Pessoas

E-mail: sesst@tre-sp.jus.br

Ramal: 2273

Responsável: Karen Regina Franco

PAC 2026: item ___ da Secretaria () ou (X) não previsto no PAC 2026
(Fundamento: inciso II do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021. Necessidade de alinhamento da contratação pretendida ao planejamento)

Previsão de recebimento do objeto: 03/05/2026

Fonte de recursos orçamentários. Valor previsto na proposta orçamentária (R\$ _____) ou indicação do modo de atendimento (remanejamento, sobras orçamentárias etc).

Critério de sustentabilidade: (X) Sim ou () Não, porque

A contratada deverá, obrigatoriamente, segregar e destinar os seus resíduos de serviços de saúde (RSS) de acordo com as boas práticas de gerenciamento dos RSS, conforme determina a RDC n. 222 de 28 de março de 2018. A referida RDC se aplica aos gerados de resíduos de serviços de saúde, cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

Critério de Acessibilidade: (X) Sim ou () Não

A empresa deve atuar com acessibilidade atitudinal, ou seja, tratar todas as pessoas com dignidade, respeito e empatia, reconhecendo suas individualidades e capacidades, propiciando a participação plena de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social, educacional e profissional.

1. VISÃO GERAL

O presente documento foi realizado por esta Unidade Requisitante e visa assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames complementares – espirometria e raio X de tórax – aos servidores lotados na área de marcenaria do TRE-SP, ocupantes do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Carpintaria e Marcenaria, e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência, com todas as etapas previstas na Legislação vigente.

Segue abaixo quadro com dados da última contratação de natureza similar no TRE-SP:

Tipo	SEI	Valor (R\$)
Exames complementares	0029889-57.2022.6.26.8000	R\$ 2.895,00

Importante destacar que a realização de tais exames visa ao cumprimento da periodicidade bienal prevista na Norma Regulamentadora nº 07 (NR-7), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como estabelecida no acompanhamento ocupacional do(a)s respectivos(as) servidores(as), realizado pela Coordenadoria de Atenção à Saúde (COAS), definido com base nos laudos técnicos vigentes à época de sua elaboração, os quais fundamentaram o planejamento dos exames ocupacionais deste Tribunal, cuja última realização ocorreu em fevereiro de 2024. A iminência na realização de tais exames, se justifica pelo fato de que, respeitando a periodicidade bienal acima descrita, deveriam ser renovados até fevereiro do corrente ano, não sendo recomendada sua postergação, sob pena de exposição ao risco ocupacional de tais servidores(as), consoante asseverado pela Medicina do Trabalho, da COAS deste Tribunal, no despacho doc. nº 7222834, exarado no processo SEI nº 0009371-90.2015.6.26.8000.

Os normativos que embasam a realização de exames complementares aos servidores lotados em áreas de risco são a Constituição Federal (arts. 5º, 7º, inciso XXII, 170, inciso VI, e 196), Lei 8.112/1990 (arts. 69, 70 e 185), Resolução CNJ n. 338/2020, que altera a Resolução CNJ no 207/2015, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário e Decreto n. 6.856/2009.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (fundamento: inciso I do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

O TRE-SP possui em sua estrutura áreas com diversos riscos associados, a exemplo da área de marcenaria. Os agentes de riscos físicos, químicos ou biológicos, quando não monitorados, podem comprometer a saúde e a integridade física dos servidores expostos. Neste sentido, a realização de exames clínicos específicos relacionados aos riscos levantados no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA ou, no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, constituem-se em importante ação preventiva, visando identificar possíveis alterações relacionadas, ou não, à atividade laborativa desenvolvida e/ou ambiente de trabalho.

Os exames complementares a serem realizados pelos(as) servidores(as) são especificados pelo Médico do Trabalho deste Tribunal, e fazem parte do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO/Exame Periódico de Saúde-EPS desta Corte.

Os Exames Laboratoriais são necessários como apoio para o diagnóstico de inúmeras patologias, assim sendo, a contratação de empresa especializada para realização dos exames descritos é indispensável no tocante à prevenção e diagnóstico de doenças ocupacionais.

A não realização dos exames pode comprometer o monitoramento da saúde dos servidores no que diz respeito à identificação precoce de problemas ou agravos à saúde de cunho ocupacional.

A presente contratação encontra respaldo Institucional, pois se coaduna com o Planejamento Estratégico, mais especificamente quanto à meta relacionada à Garantia dos Direitos

Fundamentais, uma vez que a saúde é direito fundamental previsto na Constituição.

A contratação também se relaciona com a Resolução CNJ nº 207, de 15 de outubro de 2015, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, na medida em que é papel de todos os Órgãos do Poder Judiciário zelar pelas condições de saúde com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho.

3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO (fundamento: inciso III do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

A prestação do serviço não terá caráter contínuo, tendo em vista o que preceitua o art. 6º, inciso XVII da Lei 14.133/2021.

O prazo de vigência da contratação inicia-se com o recebimento da nota de empenho pela adjudicatária e encerra-se com o pagamento integral, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato será executado sob a modalidade de prestação de serviço, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

A contratação requer que a empresa exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União.

A sustentabilidade vem ganhando notoriedade desde a década de 90 e incorporar regras e condições afetas ao tema contribui para a agregação de aspectos relacionados à proteção, em suas diferentes formas, bem como à conservação ambiental, nos processos licitatórios e de dispensa de licitação realizados pela Administração Pública. Desta forma, a empresa deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais e municipais.

Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021

A natureza do objeto é de serviço não continuado, uma vez que a contratação, embora recorrente, está restrita à realização dos exames complementares.

Não há necessidade de se promover transição contratual à nova contratada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, visto não haver caráter contínuo na contratação.

Os resultados dos exames serão recebidos provisoriamente, para avaliação e análise pela SESST e pela Medicina do Trabalho deste Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias úteis. Tal prazo justifica-se devido ao caráter estritamente técnico do serviço, bem como pela quantidade de servidores para a execução da tarefa. A SESST conta atualmente com apenas 3 servidoras e há somente 2 Médicos do Trabalho no Tribunal, somando-se, ainda, a quantidade de demandas existentes na unidade fiscalizadora do contrato.

A comprovação de qualificação técnica da contratada será feita mediante apresentação de:

- Registro ou inscrição, válida, em nome da empresa na entidade profissional competente, com indicação do(a) Responsável Técnico(a); e
- Licença de Funcionamento, atualizada, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, conforme o caso.

Tais requisitos são mínimos e focam na capacidade técnica e na segurança sanitária/operacional da empresa a ser contratada.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (fundamento: inciso IV do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Com base no quantitativo de servidores lotados na área de marcenaria, ocupantes do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Carpintaria e Marcenaria, levando em conta os riscos apontados no PPRA e a solicitação do Médico do Trabalho deste Tribunal, se faz necessário o quantitativo abaixo de exames a serem contratados:

Item	Descrição do Exame	Quantidade
1	Espirometria	2
2	Radiografia de tórax PA + PD	2

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR (fundamento: inciso V do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

A contratação de empresa especializada para realização de exames complementares vem sendo realizada há alguns anos e hoje constitui-se em parte integrante do Exame Periódico de Saúde - EPS deste Tribunal.

Anualmente, a medicina do trabalho estabelece os critérios adequados para indicação dos exames ocupacionais aos servidores. Os exames a serem realizados baseiam-se nos riscos levantados nos ambientes de trabalho e também na NR-7 e objetivam prevenir doenças ocupacionais, ou, identificá-las na fase inicial ou pré-clínica, garantindo a saúde e o tratamento apropriado ao servidor, diminuindo a probabilidade de problemas futuros no exame demissional e em processos trabalhistas.

Sua periodicidade também é definida pela medicina do trabalho, levando em conta os riscos aos quais os servidores estão expostos, sua condição de saúde em particular, e ainda o previsto nas Normas Regulamentadoras e nos normativos internos, como, no presente caso, a previsão biennial dos exames de espirometria e raio X de tórax.

Na busca de outras soluções possíveis, além da contratação de empresa especializada, esta seção descartou a contratação dos serviços mediante ata de registro de preços, tendo em vista a previsibilidade e a periodicidade biennial dos exames requeridos.

Diante da ausência de novas soluções, do baixo valor total e da diminuta demanda dos exames requeridos optou-se por adotar a modalidade de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e realizar a contratação dos serviços de exames complementares por meio de empresa especializada na realização tais exames.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (fundamento: inciso VI do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

O valor estimado da contratação foi obtido pela média de valores de três orçamentos levantados por esta seção, baseados em preços praticados pelo mercado, no corrente ano, de exames realizados por clínicas/laboratórios localizados no Município de São Paulo, conforme planilha abaixo, que também foi anexada ao presente processo (docs. SEI nº 7237039 e 7237048):

Clínica ou Laboratório	Tipo de Exame	Valor de Mercado (Unitário) X Quantidade de Exames Solicitados (Número de Servidores)	Site	Contato
Ato - Medicina e	1) Espirometria simples	R\$ 150,00 X 02 R\$ 90,00 X 02	https://www.atodiagnosticos.com.br/	(11) 2373-8666 (11) 98936-3932

Saúde	2) Raio X de tórax	TOTAL R\$ 480,00		
Labi Saúde	1) Espirometria simples 2) Raio X de tórax	R\$ 219,00 X 02 R\$ 49,50 X 02 TOTAL R\$ 537,00	https://labiexames.com.br/	(11) 3003-2686 (11) 2853-0188
Lavoisier – Laboratório e Imagem	1) Espirometria simples 2) Raio X de tórax	R\$ 282,70 X 02 R\$ 187,34 X 02 TOTAL R\$ 940,08	https://lavoisier.com.br/	(11) 3047-4488
MÉDIA DOS VALORES			R\$ 652,36	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (fundamento: inciso VII do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames complementares – espirometria e raio X de tórax, sob modalidade de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, de natureza não continuada, para atender aos servidores lotados na área de marcenaria do Tribunal e ocupantes do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Carpintaria e Marcenaria, visando a prevenção de agravos à saúde e dar continuidade ao Exame Periódico de Saúde - EPS, deste Regional.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (fundamento: inciso VIII do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Em regra, conforme alínea b, inciso V, do art. 40, da Lei nº 14.133/2021, os serviços/compras deverão ser parcelados, quando forem tecnicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto, no entanto, não se aplica na presente demanda, uma vez que a contratação dos exames complementares em grupo único é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração, mostrando-se a solução mais viável e economicamente vantajosa. Os exames de Espirometria e Raio X de Tórax destinam-se a um mesmo e específico universo de servidores: aqueles lotados na área de marcenaria do Tribunal, e que estão expostos a diferentes riscos ocupacionais. A análise da saúde desses servidores pelo(a) médico(a) do trabalho depende da avaliação conjunta e indissociável destes resultados. A ausência de um dos exames pode prejudicar e comprometer a eficácia do diagnóstico e das medidas de prevenção. A finalidade do acompanhamento médico é, portanto, única e integrada para este grupo. Assim, o parcelamento da contratação, por meio da realização de cada exame por empresas diferentes, dificulta a padronização dos serviços e pode, ainda, prejudicar a qualidade dos resultados.

Ademais, tendo em vista a simplicidade dos exames, sua realização por uma mesma empresa, possibilita a otimização na prestação dos serviços e uso dos insumos (ex. equipamentos, instrumentos, mão de obra), o que permite a aquisição por preços mais baixos. A realização dos exames por empresas distintas, poderia onerar o valor total da contratação.

Por fim, a contratação por empresas isoladas, afeta ainda, a praticidade e eficiência na gestão do contrato, posto que, a realização com um único fornecedor facilita a fiscalização contratual, o contato e comunicação com a empresa contratada, bem como o monitoramento da prestação dos serviços, da qualidade na execução destes e o cumprimento das obrigações estabelecidas.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (fundamento: inciso IX do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

A COAS e a SESST visam com a contratação dos exames complementares, a preservação da saúde e da integridade física dos(as) servidores(as), por meio do acompanhamento clínico, visando ao

diagnóstico precoce de possíveis agravos à saúde. Busca-se também, indiretamente, a garantia do efetivo desempenho das atividades e tarefas ocupacionais por parte dos servidores lotados na área de marcenaria e ocupantes do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Carpintaria e Marcenaria.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (fundamento: inciso X do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Não há no momento providências prévias à celebração do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (fundamento: inciso XI do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO (fundamento: inciso XII do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Como os serviços a serem realizados exigem impressão de documentos, isto poderia acarretar aumento de resíduos e impacto ambiental. Em razão disso, será priorizada a forma virtual de tais documentos, de modo que o impacto ambiental seja diminuído, ou mesmo nulo.

Adicionalmente, conforme descrito no item “Critério de Sustentabilidade”, a contratada deverá, obrigatoriamente, segregar e destinar corretamente os seus resíduos de serviços de saúde (RSS) de acordo com as boas práticas de gerenciamento dos RSS, conforme determina a RDC n. 222 de 28 de março de 2018. A referida RDC se aplica aos gerados de resíduos de serviços de saúde, cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO/VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (fundamento: inciso XIII do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021)

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, ou seja, a Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de exames complementares aos servidores do TRE-SP, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

RESPONSÁVEIS

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

Karen Regina Franco
Seção de Saúde e Segurança no Trabalho

Aprovo, data da assinatura eletrônica.

Alexandre Tsumori Maezuka
Coordenadoria de Atenção à Saúde

Aprovo, data da assinatura eletrônica.

Paula Helena Batista Silva
Secretaria de Gestão de Pessoas